



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

1

PARECER JURÍDICO

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – REQUISITOS LEGAIS – PRESENTES – LEGALIDADE – CONSTITUCIONALIDADE – PRESENTES – REGIME DE URGÊNCIA.

I RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 037/2021 de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal visando a autorização da abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de recursos vinculados na LOA e consequente alteração das demais Leis Municipais Orçamentárias vigentes. O anteprojeto de lei 037/2021 está acompanhado do ofício nº 109/2021 do Senhor Prefeito Municipal e de sua Mensagem.

É o breve relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O orçamento público é regido por diversos princípios, dentre eles o princípio da universalidade que estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na LOA. Trata-se, nas palavras de José Afonso da Silva, do “princípio do orçamento global”.

Ademais há o princípio da unidade, genericamente contemplado no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, cujo *caput* determina:



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

2

Art. 2º. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

A disciplina normativa dos créditos adicionais está prevista nos artigos 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964. Segundo a definição estabelecida no artigo 40, os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas no orçamento ou dotadas de forma insuficiente.

Há três modalidades de créditos adicionais: os créditos suplementares, os créditos especiais e os créditos extraordinários. A diferença entre eles está na sua motivação.

Os créditos suplementares caracterizam-se por serem destinados ao reforço de dotação orçamentária já existente, ou seja, houve previsão da despesa no orçamento, mas no curso da execução orçamentária a referida previsão mostrou-se insuficiente para realizar as despesas necessárias.

Os créditos especiais, por sua vez, assim como os créditos extraordinários caracterizam-se pelo fato de as despesas que devem ser autorizadas não estarem previamente previstas no orçamento municipal. Os créditos especiais são destinados a atender quaisquer despesas para as quais não haja dotação orçamentária, enquanto os créditos extraordinários são aqueles que devem ser utilizados somente para atender as despesas urgentes e imprevistas, como decorrentes de calamidade pública.

O presente projeto de lei busca um crédito adicional suplementar por tendência de excesso de arrecadação para "Fonte: 000- Recursos Ordinários (Livres) no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Fonte 000 – Recursos Ordinários (Livres) no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), Fonte: 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Fonte: 3494 – Emendas de Bancadas (art. 166, §12 E.C. 100/2019 no valor de R\$ 205.017,00 (duzentos e cinco mil e dezessete reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres) no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que corresponde ao total de R\$ 394.017,00 (trezentos e noventa e quatro mil e dezessete reais).

Conforme o disposto no artigo 1º do presente projeto de lei, esse pretende reforçar despesas já previstas anteriormente no orçamento.

A Lei 4.320/1964 em seu artigo 43 determina que a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares dependem da existência de recursos disponíveis para



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

3

ocorrer a despesa, além do que a autorização de abertura de crédito especial deverá ser precedida de justificativa.

Os recursos a serem indicados para abertura do crédito especial ou suplementar podem decorrer de superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por lei, e ainda por produto de operações de crédito previamente autorizadas.

De acordo com o artigo 2º do projeto de lei analisado, os recursos utilizados na abertura deste crédito suplementar serão provenientes de excesso de arrecadação de recursos vinculados no valor de R\$ 250.017,00 (duzentos e cinquenta mil e dezessete reais) provenientes da Fonte: 17.18.99.11.99.02.00.00 – no valor de R\$ 250.017,00 (duzentos e cinquenta mil reais e dezessete reais).

O art. 3º, do presente projeto de lei nº 037/2021 prevê que para o emprego do crédito adicional suplementar, disposto no art. 1º, será utilizado o cancelamento da seguinte dotação: “Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres) no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), 000- Recursos Ordinários (Livres) no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Fonte: 103 – 5% Sobre transferências constitucionais FUNDEB no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Fonte: 000 – Recursos ordinários livres no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que resulto no total de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), de modo que cumprem adequadamente os requisitos da Lei nº 4.320/1964.

Por fim, deve se ter claro que os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo as exceções constitucionais e legais.

Observa-se que o presente projeto de lei solicita a urgência da análise e votação do presente projeto de lei, sob a justificativa genérica trazida pelo ofício nº 109/2021 e pela Mensagem do Senhor Prefeito que afirma que os recursos já estão em contas bancárias, só estão aguardando a inclusão no orçamento, de acordo com plano de aplicação, todavia tal plano não restou demonstrado, o que torna vago o pedido de urgência, no entanto, competem aos nobres vereadores manterem ou não a urgência na apreciação pelo Plenário de tal projeto de lei.

Caso seja mantida a urgência do presente projeto de lei, a forma de votação deverá ser em conformidade com o Regimento Interno.

Por ser em caráter de urgência, terá apenas uma única discussão, nos termos do artigo 176, inciso II, do Regimento Interno.



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ


4

III PARECER

Em análise, de cunho estritamente jurídico, constatou-se que o projeto de lei nº 037/2021 encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas na Constituição Federal (art. 30, I; art. 166; art. 167) e pela Lei Federal nº 4.320/1964, todavia a urgência de análise não restou demonstrada, sendo este um parecer técnico, de cunho jurídico, que de modo algum vincula o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores.

É o parecer.

Sala da Assessoria Jurídica, 15 de julho de 20201


Fernanda Roberta Sasso Mello
Procuradora Jurídica
OAB-PR 52.008